

Albuíno começa a definir nova política salarial na quarta-feira

Antonio Moreira

O governador disse que vai estudar um novo plano de carreira para o funcionalismo



Lígia Paoliello: reunião

A nova política salarial para os servidores públicos do Espírito Santo começa a ser definida na próxima quarta-feira, quando o governador Albuíno Cunha de Azeredo se encontra com todo o secretariado para discutir a questão.

A informação foi dada pelo próprio governador, ontem pela manhã, durante anúncio do plano de cem dias de governo. Foi anunciado também que o governo vai estudar, definir e implementar um plano de carreira e vencimentos para os servidores públicos estaduais. Esta meta deverá ser atingida pela Secretaria de Administração.

Afirmando que as diretrizes não serão as mesmas utilizadas pelo ex-governador Max Mauro (sem partido), cujo critério era, para a administração direta, o pagamento trimestral de 60% do IPC no período, o governador garantiu que a decisão será tomada com a participação dos servidores. Isto porque, após a reunião de quarta-feira, os secretários vão discutir as pro-

postas com entidades sindicais ligadas ao funcionalismo.

Não foi dada nenhuma informação sobre como será a nova política salarial. O governador afirmou, porém, que antes da reunião de quarta-feira terá um encontro prévio com a secretária de Administração, Ligia Maria Paoliello de Freitas e os secretários da área econômica para preparar a discussão sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO

Na área do desenvolvimento econômico o governa-

dor prevê, dentro dos primeiros cem dias, promover o mapeamento da capacitação tecnológica das unidades industriais dependentes dos grandes projetos, visando a elaboração de um programa de melhoramento tecnológico.

Além disso serão elaborados perfis de unidades industriais com viabilidade de serem implantadas no Estado. Outro ponto é o apoio aos centros de desenvolvimento tecnológico de confecções, de mármore e granito, de máquinas e equipamentos e da agricultura tropical, buscando difundir novas tecnologias em suas áreas de atuação.

Também serão promovidas discussões com os empresários locais com a finalidade de incentivar a ampliação e diversificação dos seus investimentos no Estado. Além disso serão intensificados os contatos com a Petrobrás, CVRD e iniciativa privada no sentido de viabilizar a implantação de uma unidade produtora de sal a partir do sal-gema disponível em Conceição da Barra.

Outro objetivo é reorientar a atuação do Instituto Jones dos Santos Neves (IJNS) para a elaboração de estudos básicos que darão suporte ao planejamento estadual e à implantação de novas empresas no Estado.

Meta agrícola é renovar parque de café conillon

Promover a renovação do parque cafeeiro de conillon é uma das metas na área da Agricultura capixaba, no plano dos primeiros cem dias de governo de Albuíno Cunha de Azeredo (PDT) e que deve ser viabilizado pelo secretário de Agricultura, Adelson Salvador.

“Estamos apresentando aquilo que é possível realizar”, disse o governador ao distribuir para a imprensa cópias do seu programa de governo para os primeiros cem dias, ontem na sala vip do aeroporto de Goiabeiras.

A renovação do parque cafeeiro de conillon será feita com a produção, e distribuição, através de cooperativas, de 300 mil mudas clonais. Os pequenos produtores terão os preços subsidiados.

CALCÁRIO

Outro ponto do governo é implementar, em articulação com as cooperativas, associações de produtores e prefeituras, o programa de distribuição de 60 mil toneladas de calcário.

Na pecuária bovina de leite o governo quer desenvolver urgente programa de minimização das secas com a construção de pequenos açudes e represas, conjugando recursos do tesouro estadual, prefeituras e cooperativas de laticínios.

O governo vai apoiar a suinocultura e a avicultura, mediante a utilização incondicional dos recursos humanos disponíveis no Sistema Operacional da Secretaria da Agricultura. Na diversificação da agropecuária o governo vai retomar e ampliar o programa de pequenos animais.

Quanto a reforma agrária, o governo vai promover uma avaliação rigorosa dos assentamentos existentes, definindo suas possibilidades e limitações e implementará e efetivará a aplicação da Lei de Terras, destacando-se a criação do “Fundo Fundiário”.